



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**Processo nº:** 00600-00000674/2020-11-e

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação com pedido de liminar de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36. Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de Hospital de Campanha no Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Decisão nº 586/2020 – GPCF. Representação incidental apresentada por membro da CLDF. Decisão nº 4766/2020: Diligência à jurisdicionada. **Nesta fase:** Pedido de cópia. **Pelo Deferimento.**

**DESPACHO SINGULAR Nº 311/2020 – GCMA**

Tratam os autos de Representação apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Mané Garrincha, para criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19

Em análise, nesta fase, o requerimento de cópia dos autos, formulado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, mediante Ofício nº 8220/2020-SES/GAB, protocolado nesta Corte em 13.11.2020.

Cumpre salientar que o acesso à informação se encontra regulado pela Lei nº. 12527/2011<sup>1</sup>, diploma legal que, a teor do artigo 1º, incisos I e II, se aplica expressamente:

- aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário, bem como ao Ministério Público;

---

<sup>1</sup>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

- às autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Além dos comandos do referido Diploma Legal, digno de apontamento que o acesso à informação também é garantido pelo artigo 5º, incisos XIV e LX da Constituição Federal, bem como pelo artigo 189 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Diante do contexto **DEFIRO**, com fulcro no art. 131 do Regimento Interno desta Corte de Contas, o fornecimento de cópia, conforme requerido, pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Após o fornecimento da cópia solicitada, determino o retorno dos autos à Unidade Técnica para prosseguimento do feito.

Brasília, 02 de dezembro de 2020.

**MANOEL DE ANDRADE**  
Relator